

Profissional da pedagogia para além do espaço escolar: práticas pedagógicas no ramo empresarial, limites e possibilidades de sua atuação

Pedagogy professional beyond the school area: pedagogical practices in the business field, limits and possibilities of its performance

Líney Lemos Almeida

Licenciada em Letras Português-Francês e graduanda em Pedagogia
<http://lattes.cnpq.br/9180854838226730>

Rubens Humberto Costa Teixeira

Mestre em Geografia, licenciado em Geografia e História e graduando em
Administração Pública
<http://lattes.cnpq.br/7261417861217795>

DOI: 10.47573/aya.88580.2.53.24

RESUMO

Abordamos a atuação do profissional da Pedagogia fora do espaço escolar tendo como problema de pesquisa o seguinte questionamento: como se dão as práticas pedagógicas fora do espaço escolar, em especial nas empresas, bem como de seus limites e as possibilidades de atuação? O objetivo geral ao responder esta pergunta é analisar os diferentes campos de atuação do pedagogo nesses espaços corporativos, compreendendo que a docência é a base da formação em Pedagogia, mas que o profissional pode atuar em outras áreas e instituições que não as escolares, auxiliando em atividades que ocorram algum tipo de prática pedagógica ou educativa. Desdobraremos na identificação dos campos de atuação para além da escola, à luz da legislação vigente, relacionando tais atividades nas empresas e suas limitações e possibilidades, já que nesses locais também são realizadas práticas educativas, as quais podem ser fortalecidas pelo papel do pedagogo quando este cria subsídios de aplicações metodológicas nos processos educativos, promovendo melhora na qualidade do ensino. Como método, utilizaremos de pesquisa qualitativa, bibliográfica e descritiva com uso de pesquisas em bancos de dados online para artigos acadêmicos e aos sites das empresas estudadas, somando-se a consulta de livros impressos sobre educação corporativa e a experiências vividas em algumas das empresas citadas.

Palavras-chave: espaço não-escolar. pedagogia empresarial. ramo de atuação.

ABSTRACT

We approach the performance of Pedagogy professionals outside the school space, having as a research problem the following question: how are pedagogical practices outside the school space, especially in companies, as well as their limits and possibilities of action? The general objective in answering this question is to analyze the different fields of action of the pedagogue in these corporate spaces, understanding that teaching is the basis of training in Pedagogy, but that the professional can work in other areas and institutions other than schools, helping in activities that take place some type of pedagogical or educational practice. We will unfold in the identification of the fields of action beyond the school, in the light of the current legislation, relating such activities in the companies and their limitations and possibilities, since in these places educational practices are also carried out, which can be strengthened by the role of the pedagogue when this it creates subsidies for methodological applications in educational processes, promoting an improvement in the quality of teaching. As a method, we will use qualitative, bibliographic and descriptive research using research in online databases for academic articles and the websites of the companies studied, in addition to consulting printed books on corporate education and experiences in some of the companies mentioned.

Keywords: non-school space. business pedagogy. field of activity.

INTRODUÇÃO

O presente estudo é desdobramento de atividade feita para a disciplina Projeto Interdisciplinar 1 (PROINTER), que tem especificidade envolvendo o caráter interdisciplinar, promovendo a aplicação dos conhecimentos adquiridos e que em seu componente curricular, proposto no projeto pedagógico do curso de Pedagogia a distância (UFU, 2020, p. 27), afirma que “será desenvolvido tomando-se por preocupação a articulação teórico-prático constitutiva desta pro-

posta”. A importância da interdisciplinaridade, bem como do processo de pesquisa e extensão, é ainda exposta na continuação do projeto pedagógico do curso

(...), no princípio da pesquisa e da extensão, como uma atitude cotidiana, que possibilita uma leitura crítica da realidade, a reconstrução de processos de ensino e aprendizagem e questionamentos constantes da realidade em que alunos e professores se encontram inseridos, tendo em vista sua transformação, por meio do trabalho coletivo entre licenciandos/as, professores/as formadores/as, tutores/as e professores/as de diferentes contextos educacionais, sendo balizados pela troca constante de saberes. (UFU, 2020, p. 32).

A legislação sobre a atividade do profissional da Pedagogia estabelece na Resolução CNE/CP n. 01/2006 das Diretrizes Curriculares Nacionais, ao término de seu artigo 4º, o “apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos”. De forma a possibilitar uma análise sociopolítica e educativa da realidade apresentada caracterizando a complexidade de instituições escolares e não escolares, basearemos nessa atuação discorrendo sobre a atividade pedagógica nos espaços que não se limitam exclusivamente à escola regular, mas em outros espaços, sendo que neste trabalho definimos o espaço empresarial para oportuno debate.

O objetivo geral é analisar a atuação do pedagogo em diferentes campos de atuação em espaços de educação não escolar, especialmente no campo empresarial, aproveitando nossa experiência em duas grandes empresas públicas brasileira, mas estendendo nossos olhares a duas outras grandes empresas privadas. Os objetivos específicos são: identificar os campos de atuação do pedagogo para além da escola, à luz da legislação vigente; relacionar a atividade pedagógica em espaços empresariais e relatar os limites e as possibilidades da atuação do pedagogo em empresas. Para a execução do presente trabalho, os procedimentos metodológicos que nortearam o desenvolvimento da pesquisa foram divididos em algumas etapas. Inicialmente, para a compreensão do objeto de pesquisa, efetuou-se um levantamento bibliográfico e leituras acerca da temática proposta, possibilitando leitura crítica da realidade, a reconstrução dos processos de ensino e aprendizagem e seus questionamentos.

Posteriormente, ao promover a articulação teoria-prática durante toda formação do discente, é importante também destacar a realização de pesquisa junto a grandes empresas. Neste momento, em decorrência da pandemia de Covid-19, junto a sites, contudo, em oportunidades futuras, poderá ser realizado pesquisas in locu, em Uberlândia, com a adoção de roteiro de entrevistas, questionários e imagens (fotográfica e multimídia).

DESENVOLVIMENTO

Legislação, problemáticas, a escola como centralidade na formação do pedagogo e sua atuação em espaços não escolares

No senso comum, atribui-se a figura do profissional da Pedagogia estritamente ligada ao ambiente da escola. Ainda que a docência seja a base de sua atuação, o profissional da Pedagogia não está apenas circunscrito às creches, escolas ou faculdades e à educação formal. Existem outras possibilidades, inclusive amparadas em legislação, em especial da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB).

Observa-se, em especial, a redação dada ao término do artigo 4º e ao inciso III expres-

tos nas Diretrizes Curriculares Nacionais que legislam sobre o Curso de Pedagogia, Resolução CNE/CP n. 01/2006, que definem a finalidade e as aptidões requeridas do profissional desse curso.

Art. 4º - O curso de Licenciatura em pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional, na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

Parágrafo único. As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:

(...)

III - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares. (BRASIL, 2006, p.2).

Mas em que consiste o trabalho pedagógico nessas outras áreas? Quais os locais considerados espaços não-escolares? O ensino e aprendizagem sempre farão parte do profissional da Pedagogia, quer esteja no espaço formal da escola quer esteja nesses outros locais não-escolares. Estes podem ser observados em empresas, hospitais, movimentos sociais, museus, presídios, ONGs, sindicatos, dentre outros, desde que presente algum projeto com foco educativo.

A constituição da formação do pedagogo confronta-se com polêmicas constituídas ainda no desenvolvimento do curso de Pedagogia e que torna necessário enfrentar os desafios da educação na sociedade contemporânea em seus diferentes contextos apresentados, com seus posicionamentos e problemáticas. Agudo (2020, p. 750) em seu artigo cita que "(...) verificamos uma grande amplitude de formação do profissional da educação, englobando aspectos que ainda constituem alguns conflitos quanto a formação destes profissionais." Ainda discorrendo sobre o assunto, Agudo (2020) faz o resgate histórico da fundação de Escolas Normais após a Revolução Francesa e que ao longo do século XIX, com o processo de urbano-industrialização do continente europeu, aquelas Escolas foram se difundindo com o objetivo de alfabetizar a população, isto é, a educação elementar. O Brasil teve até protagonismo em relação à fundação de sua primeira Escola Normal, no ano de 1835, em Niterói no Rio de Janeiro, numa época em que estava décadas atrás do processo de urbanização e industrialização. Após essa data, vai se criando outras escolas pelas então províncias brasileiras.

A pesquisadora relembra que o contexto brasileiro da criação do curso de Pedagogia,

esteve relacionado ao momento econômico político do país. Formar o professor a partir de concepções mais técnicas de formação foi uma estratégia para formar profissionais atendendo uma demanda com base na racionalidade técnica, de acordo com as necessidades de desenvolvimento econômico então hegemônicas. Apenas nos anos 1960, o pedagogo antes habilitado apenas para o ensino secundário, atuando nos cursos Modalidade Normal em Nível Médio, também teve possibilidade de atuar no ensino primário. (AGUDO, 2020, p. 765).

Após analisar os processos históricos no Brasil republicano, em seus períodos autoritários e democratização, saltamos para a atualidade, na qual, já sob vigência da LDB de 1996, (AGUDO, 2020, p. 757-758) analisando o texto da referida lei, afirma que este

(...) reconhece a importância da formação em nível superior, mas admite a formação também em nível médio, na modalidade Normal. (...) a elaboração de políticas públicas e seus

documentos oficiais, como decretos e pareceres, possui interesses político-ideológicos. (AGUDO, 2020, p. 757-758).

E nessa concepção na formação dos professores nos ensinos iniciais, Agudo continua citando que

a formação de professores da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, expressa de forma ambígua na LDB, fica à mercê de uma espécie de jogo. Deste modo, é lançado, de tempos em tempos, para diferentes direções, aparentemente sem objetivo, regras que mudam procedimentos. (AGUDO, 2020, p. 759).

Deve-se sempre se ater que o Brasil está inserido no sistema capitalista, no qual o Estado é controlado por uma classe economicamente dominante e que impõe sua ideologia, inclusive na formação dos profissionais de educação, como forma de atender a seus interesses produtivos. Constata-se, ainda, a mercantilização da educação, em que o Estado brasileiro torna possível financiamento público junto a Instituições de Ensino Superior (IES) privadas. E aqui, Agudo (2020, p. 759) vai no cerne da questão ao criticamente afirmar que “travestido de interesse estudantil, possibilitando que as demandas sociais se transformem, na verdade, em demandas de mercado, dos interesses privados, apoiados, cada vez mais, no Estado.”

A autora discorre, também, sobre alguns dilemas relacionados tanto à formação do pedagogo como à compreensão da realidade social

Compreendemos que estas questões da formação dos pedagogos têm relação com modelo, as referências, fundamentos e posicionamento frente a diferentes perspectivas de compreensão da realidade e, por isso, de formação de professores. Consideramos aqui que a principal discussão contemporânea sobre os cursos de graduação em Pedagogia diz respeito a quais áreas do campo educativo estes profissionais estariam habilitados para atuar. Outra questão importante, considerada superada por alguns pesquisadores, é se há sentido em formar o bacharel em Pedagogia e o licenciado em Pedagogia e quais são as implicações disso. (AGUDO, 2020, p. 761).

E ademais, existe a problematização da separação entre bacharelado e licenciatura, dilema este também enfrentado em outros cursos com ambas formações.

Assim, podemos identificar uma concepção que separa a formação do professor profissional e a do cientista em educação e ensino. Ainda hoje, mesmo formando licenciados em Pedagogia –a denominação oficial –, essa discussão sobre formar o professor ou o pesquisador permanece. Consideramos aqui que esse debate se trava sobre um falso dilema: não tem sentido a discussão entre formar professor ou formar pesquisador. Se levarmos em conta que o Ensino Superior tem como função formar profissionais, entendemos que a profissionalização docente envolve também a capacidade de fazer pesquisa em educação. No entanto, essa é uma posição pouco compreendida inclusive por alguns professores da Educação Básica, pois podem entender que estaríamos tentando colocar mais uma tarefa ao professor aumentando sua precarização. (AGUDO, 2020, p. 764).

A história sempre é dinâmica e formada por diversos agentes, que em suas lutas podem resultar em avanços ou retrocessos. O Brasil passou por diferentes situações políticas, que variou desde o autoritarismo civil sob presidência de Getúlio Vargas, curto período democrático, o autoritarismo militar e o retorno aos valores democráticos, especialmente após a promulgação da Carta Magna atual, em 1988. Todos esses embates tiveram significado nas reformas educacionais segundo Freitas (1999, p. 17) tendo “o objetivo de adequar o sistema educacional ao processo de reestruturação produtiva e aos novos rumos do Estado, vêm reafirmando a centralidade da formação dos profissionais da educação.”

A autora supracitada discorre sobre a docência, bem como da formação do(a) pedagogo(a) num período de domínio político-ideológico do neoliberalismo. Freitas (1999, p. 18) faz a

conexão entre a educação no processo “de acumulação capitalista e, em decorrência, a formação de professores ganha importância estratégica para a realização dessas reformas no âmbito da escola e da educação básica.” Base desse tipo de reforma era o de elevar a “qualidade” da educação, visando não só a formação do profissional e o tempo de instrução, mas também quanto aos livros didáticos e

a melhoria do conhecimento dos professores (privilegiando a capacitação em serviço sobre a formação inicial e estimulando as modalidades a distância). À formação geral, garantida no Ensino Médio a baixo custo, seria agregada a formação para a docência, oferecida em cursos curtos de formação inicial centrados na capacitação pedagógica (Torres 1996, p. 165). (FREITAS, 1999, p. 18).

Na segunda metade da última década do século passado, a LDB foi aprovada e dentre suas regulamentações foi criado o curso Normal Superior para atuação na educação infantil e anos iniciais. Freitas, com muita propriedade, critica tal curso cujas

(...) características apontam para a constituição de uma instituição formadora de caráter pós-médio, e não superior. Assim, em vez de se buscar o que há de mais avançado em termos de propostas de organização curricular e experiências em curso nas IES, em particular nos cursos de pedagogia, coloca-se como horizonte o aligeiramento da formação pelo rebaixamento das exigências e das condições de formação. (FREITAS, 1999, p. 22).

Em 2006, com a instituição de novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, enfim o curso Normal Superior foi extinto¹ pelo Ministério da Educação.

Em 2019 houve a aprovação da Resolução CNE/CP nº 2 definindo novas diretrizes para a formação inicial de professores para a Educação Básica e instituindo a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). No bojo das disputas e relações de poder, MARTINEZ, *et al.*, (2021) debatem

No Brasil, após o Golpe de 2016, o campo educacional sofre profundas mudanças, e emerge uma tentativa de desconstrução da valorização simbólica do professor perante a sociedade. As instituições formativas e os professores sofrem perseguições (como vimos com o Projeto “Escola sem Partido”) e passam a ocorrer uma série de medidas que restringem o direito à educação pública e precarizam o trabalho do professor, como o descaso com o financiamento da Educação Básica (FUNDEB); o desinvestimento em estratégias para alcançar as metas do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024); o desmonte de políticas educacionais, como a contrarreforma do Ensino Médio, e a aprovação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), caracterizada pelo empobrecimento e pelo esvaziamento curricular, que direciona sua ação a aspectos utilitários e fragmentados sem considerar a totalidade complexa que envolve a ação profissional docente. (MARTINEZ, *et al.*, 2021, p. 116).

As autoras prosseguem afirmando que a presente Resolução passa a restringir a intelectualidade da atividade docente e retirando os professores da centralidade de seu próprio trabalho.

A formação docente só é íntegra quando o professor é formado para refletir sobre a prática, e não somente para aplicar competências estabelecidas. Uma formação com essa base retira o professor do processo de centralidade e afasta a sua intelectualidade, que compele o caráter instrumental e técnico e denota uma redução do trabalho docente. Fica expresso que, mesmo se referindo aos conhecimentos do curso, a base comum é que a norteia, e a metade do curso destina-se para o domínio do que tange à BNCC estritamente em competências e habilidades, contrapondo a importância da amplitude em que permeia a educação. (MARTINEZ, *et al.*, 2021, p. 127-128).

A Resolução nº 02/2019, sobre a perspectiva na formação do docente aos primeiros anos

¹ Resolução CNE/CP 1/2006. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de maio de 2006, Seção 1, p. 11.

escolares, passa assim a desconsiderar todos movimentos históricos que visavam a uma formação com mais consistência, Martinez, *et al.*, (2021, p. 129) “envergando a educação brasileira para um indistinguível retrocesso que implica na precarização do trabalho docente.” E Martinez, *et al.*, (2021, p. 130), concluirão que se evidencia ainda “que existe um lastro teórico na proposta da resolução, que conduz à centralidade da formação de professores em competências”.

Compreende-se que o principal campo de atuação do profissional da Pedagogia está nas escolas, sendo estas onde se encontra a centralidade de sua formação aliando a prática com a teoria. Isto posto, o discente do curso de Pedagogia deve pensar na finalidade de transformação social que sua formação e ação profissional poderão proporcionar, passar a enxergar além de si próprio e somar conhecimentos, percebendo o mundo no qual está inserido e participando dele com pensamentos e ações que visem o bem comum. Necessita se tornar capaz de ter responsabilidade social através dos conhecimentos que está adquirindo enquanto estudante universitário. Tais ações devem permear suas atividades tanto nas escolas como em outros espaços que requer a adoção de práticas educativas.

Dentre os possíveis campos de atuação do profissional da Pedagogia em espaços não escolares, Alvarez e Rigo (2018, p.8) citam que tal “especialista em atividades pedagógicas atuando em órgãos públicos, privados e públicos não estatais, envolvendo associações populares, educação de adultos, clínicas de orientação pedagógica/psicológica, entidades de recuperação de pessoas com deficiência, etc”.

Os autores Alvarez e Rigo (2018), em conformidade com Libâneo (2010), ainda apresentam várias outras possibilidades de atuação em campo não escolar

São os formadores, animadores, instrutores, organizadores, técnicos, consultores, orientadores, que desenvolvem atividades pedagógicas em órgãos empresariais, culturais, de serviços de saúde, de alimentação e outros. Formadores ocasionais, que ocupam parte de seu tempo em atividades pedagógicas, em órgãos públicos estatais, não estatais e empresas, referentes à transmissão de saberes e técnicas ligadas a outra atividade profissional especializada. Cita supervisores e técnicos que dedicam boa parte de seu tempo a supervisionar ou ensinar trabalhadores em seus locais de trabalho, orientar estagiários etc. Nessa categoria estão trabalhadores sociais, monitores e instrutores, bem como profissionais das mais diversas áreas nas quais ocorre algum tipo de atividade pedagógica, tais como: administradores de pessoal, redatores de jornais e revistas, comunicadores sociais e apresentadores de programas de rádio e TV, criadores de programas de TV, de vídeos educativos, de jogos e brinquedos, elaboradores de guias urbanos e turísticos, mapas, folhetos informativos, agentes de difusão cultural e científica etc. (ALVAREZ e RIGO, 2018, p. 8).

Todas essas atividades acima relatadas apresentam não apenas um vasto campo de atuação, como também a multidimensionalidade e interdisciplinaridade que o profissional está envolvido na prática educativa.

Em todos os ambientes o pedagogo atua para além de técnicas escolares ensinadas na graduação. Com base em seus conhecimentos teóricos e práticos, o pedagogo deve agregar suas experiências à de outros profissionais, para que, então, em seu desempenho na gestão de pessoas e coordenação de equipe propicie o desenvolvimento e a superação. (ALVAREZ e RIGO, 2018, p. 7).

A atuação do profissional da Pedagogia em outros espaços que não a escola ainda carece de reconhecimento, inclusive nos próprios cursos formadores, nos quais há poucas ofertas de disciplinas, bem como de estágios que envolvam os espaços não escolares. Outra dificuldade está na própria constituição identitária do profissional em atuação em outras áreas que não a

escola tradicional. Segue-se agora algumas reflexões sobre experiência de atuação do(a) pedagogo(a) num espaço não escolar.

Após expostos os vários campos de atuação possíveis ao profissional da Pedagogia, elencamos aqui empresas que têm constituídas universidades corporativas, nas quais o treinamento, o ensino e aprendizagem fazem parte da ação educativa, para agregar mais valores aos trabalhadores envolvidos bem como de melhoria nas práticas de gestão. E sabendo-se que a finalidade de uma empresa é o lucro, também deve ser expressa em melhores resultados com o desenvolvimento profissional.

Reflexões sobre experiência do(a) pedagogo(a) no espaço não escolar atuando em empresas

Buscaremos apresentar algumas reflexões quanto ao processo de aprendizagem e ao papel do Pedagogo Empresarial. Do Nascimento (2019, p. 71) discorre que “O objetivo do aprendizado é desenvolver, aperfeiçoar e difundir conhecimento que torne a corporação e seus colaboradores um diferencial no mercado concorrencial, um currículo humanizado facilita a adesão dos envolvidos.” Ele ainda ressalta a importância do profissional da Pedagogia no processo de aprendizagem, no qual deve adotar

(...) o tecnicismo, o empirismo e o teórico para que os profissionais se desenvolvam para atender as novas demandas de mercado. Assim, a necessidade do pedagogo é indiscutível para o sucesso empresarial. Ingredientes este que se consegue através do pedagogo empresarial. (DO NASCIMENTO, 2019, p. 72).

Ainda que delimitado geograficamente ao município de Uberlândia, apresentamos a seguir quatro espaços empresariais com constituições diversas. A saber, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, empresa pública com controle total do Estado brasileiro; Banco do Brasil S.A. cujo controlador acionário é a União, mas trata-se de uma empresa pública de economia mista, ou seja, muito semelhante a bancos privados, inclusive com atuação internacional; Grupo ALGAR, empresa 100% de capital privado com sede em Uberlândia; e, por fim, Uberlândia Refrescos, subsidiária da The Coca-Cola Company, uma das maiores transnacionais globais.

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos tem sua origem ainda no século XVII e conta, atualmente, com cerca de 105 mil empregados. Sendo uma empresa de comunicação, que inexoravelmente deve-se envolver com a educação, detém entre seus valores e que podemos destacar: a integridade, a adaptabilidade e o respeito às pessoas e a aprendizagem contínua. E na área da educação, os Correios possuem, além da Universidade Corporativa dos Correios, Centros Culturais nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, Espaços Culturais em Porto Alegre e Niterói e inclusive um museu em Brasília, o Museu Postal e Telegráfico (MPT).

Sobre a relevância de um tema ainda não muito explorado, o do pedagogo empresarial, De Castro e Henriques (2018) testemunham que seu

(...) interesse pelo estudo na área da pedagogia, seu campo de aplicação e sua importância vem de longa data, a princípio, por curiosidade, devido a formação acadêmica de Professor e posteriormente, essa se transformou em desejo por entender mais especificamente o papel desse profissional dentro da empresa, adquirindo relevância pessoal, tendo em vista a atividade que exerce desde 2007, Instrutora Regional da ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Vitória/ES. O tema é pouco explorado pela ciência, fazendo com que sua bibliografia seja escassa, apesar da importância do assunto, revelando aqui a relevância científica do estudo, pois se consta a inexistência de propostas de cunho

pedagógico na empresa, objeto da pesquisa. (DE CASTRO e HENRIQUES, 2018, p. 4).

Mais adiante eles citam que

o estudo teve como premissa a realização de um estudo sobre a importância dos pedagogos na ECT, por entender que a sua formação o habilita a desenvolver projetos educacionais e acompanhá-los com o propósito da busca ao autodesenvolvimento, por meio da educação continuada, possibilitando a mudança de cultura dos cenários mercadológicos, o perfil e atitudes profissionais, não porque a empresa almeja, mas por ser a consequência do ato educativo. É nesse sentido que o eixo educacional, nas organizações, deve ser explorado. (DE CASTRO e HENRIQUES, 2018, p. 8).

Com experiência laboral nos Correios entre os anos de 1999 e 2000 e, posteriormente de 2001 a 2016, vivenciamos a evolução, nem sempre positiva, das práticas educativas voltadas para o trabalho. Nos primeiros anos, dada a pouca difusão das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), realizamos alguns cursos em Belo Horizonte e outros na sede Regional em Uberlândia. Eram voltados para treinamento e aprendizagem de vários assuntos relacionados ao universo empresarial, mas geralmente, de forma bem concisa, sem verificação consistente de proficiência, apesar de, na maioria das vezes, o assunto ser cobrado e utilizado no ambiente de trabalho.

Mais recentemente, os cursos eram adotados no próprio local de serviço nas agências, de forma on-line, com plataforma bem ampla e variada, mas se tornavam muitas vezes um simples cumprimento de tabela, com pouco aproveitamento das práticas pedagógicas, já que eram simplesmente transmitidos por algum gestor e não um educador corporativo. Nunca presenciamos alguém formado em Pedagogia nessas práticas educativas. Além disso, horas de treinamento eram requeridas dos funcionários, mas não havia espaço certo e nem tempo apropriado para a realização dessas atividades, pois não era foco da empresa. O foco estava no lucro e na produtividade, e o empregado não podia se dedicar com pleno aproveitamento aos estudos e treinamentos exigidos.

Sendo um de nós funcionário do Banco do Brasil desde 2000, queremos referenciá-lo aqui como uma instituição financeira, fundada em 1808, e que conta atualmente com pouco mais de 91 mil funcionários, sendo que no final de 2020 atuava com² "(...) 49,2 mil pontos de atendimento entre rede própria, compartilhada e correspondentes, presente em 94,8% dos municípios brasileiros." Dentre seus valores destacam-se a inovação, que é apresentada como cultivar uma cultura de inovação em que são agentes da transformação, a confiabilidade com a qual se comprometem com a transparência e a solidez de suas ações e um espírito público pelo qual se considera o interesse coletivo na tomada de nossas decisões. Norteiam tais valores o potencial humano e capacidade para realizar e contribuir na evolução da sociedade e a sustentabilidade, que se assumem como protagonistas da disseminação e da viabilização de um estilo de vida baseado nos princípios de sustentabilidade. Na área educacional e cultural da empresa, existem: a Universidade Corporativa Banco do Brasil (UNIBB), Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) em quatro capitais além da Fundação Banco do Brasil (FBB).

No estudo de caso defendido em sua tese de doutorado, De Sousa Vianna (2019, p. 90) afirma que dentre as ações educativas no Banco do Brasil, "Um marco da sistematização da educação no BB foi a criação do Departamento de Seleção e Desenvolvimento do Pessoal – DESED –, em 1965." E que, desde então, o Banco investiu em desenvolvimento de seus instrutores com

² *Análise do Desempenho 4º Trimestre/2020. P. 86* <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/5760dff3-15e1-4962-9e81-322a0b3d0bbd/c78c6457-1a7c-7d0c-1cbd-48bdc775cde4?origin=1> . Acesso em: 11 dez. 2021.

cursos externos adquiridos junto a universidades e a encontros cujo foco

(...) das formações era em didática e metodologias do ensino. Foram introduzidas técnicas de trabalho em grupo, dinâmica de grupo e estudos de caso. Constavam também atividades de avaliação e de aprimoramento das técnicas utilizadas nos treinamentos. Havia a preocupação com a uniformização da prática de ensino. Esses aspectos são expressões gramaticais de valor da lógica Corporativa: padronização, otimização, ferramentas, métodos. (DE SOUSA VIANNA, 2019, p. 99).

Mesmo sendo uma Instituição Financeira sob controle do governo e, assim, sensível às diferentes políticas adotadas desde 1965, o processo de aprendizagem vem se modernizando com uso inovador de tecnologias e na busca de constantes treinamentos. De Souza Viana (2019) apresenta algumas constatações e números sobre a educação no Banco do Brasil

A descentralização da prática educativa iniciada nas fases anteriores é sedimentada por meio da ampliação da estrutura da Rede GEPES e da diversificação dos canais e das mídias pelas quais as soluções educacionais são disponibilizadas. Em 2017, são 26 unidades regionais de gestão de pessoas com 117 salas de aula, 19 auditórios e 33 laboratórios de informática. Os treinamentos são ministrados por 2.156 educadores corporativos (DE SOUSA VIANNA, 2019, p. 178).

Os cursos presenciais acontecem eventualmente em capitais ou cidades sede de suas superintendências, como em Uberlândia. Atualmente, ainda sob impacto da Pandemia do Covid-19, as práticas de aprendizagem estão restritas a cursos on-line, pela plataforma UNIBB e a parceria da ALURA³, empresa voltada ao ensino de Tecnologia da Informação, buscando a requalificação profissional na transformação digital.

A holding⁴ Algar, possui cerca de 20 mil associados (colaboradores), distribuídos nas empresas Algar Tech, Algar Telecom, Algar Farming e Aviva. Fundada em 1930 na cidade de Uberlândia, atua no ramo das telecomunicações, setores de turismo, serviços e agronegócios, com presença em todo território nacional e na América Latina. Dentre os valores do Grupo Algar, apresentam-se desenvolver e reconhecer talentos e o compromisso com a sustentabilidade. Tais ações são corroboradas com a atuação educativa da sua universidade corporativa, a UniAlgar e o Instituto Algar.

Sobre a UniAlgar, Alves (2017), em sua dissertação profissional, apresenta que se trata de uma

Referência nacional em Universidade Corporativa e maior situada no Triângulo Mineiro, local onde se desenvolve este Mestrado Profissional, se diferenciando das universidades tradicionais por construir programas tendo como premissa básica os resultados de negócios que precisam ser alcançados e provocar as mudanças necessárias nos negócios e, principalmente por ser uma das referências no desenvolvimento de 55 gestores que fortalece constantemente a prática de educação por meio de projetos práticos e reais que é o grande objetivo da pesquisadora que também atua com o Desenvolvimento de lideranças desta Universidade Corporativa. (ALVES, 2017, p. 54 e 55).

A colaboradora pesquisadora destaca dentre suas considerações que

Há cada vez mais a necessidade de criar novas maneiras de desenvolver as pessoas e estimulá-las ao seu melhor potencial. Isto se torna necessário em função do cenário cada vez mais turbulento e com rápidas mudanças, onde os profissionais precisam estar preparados com conhecimentos sólidos para este novo ambiente. (ALVES, 2017, p. 84).

³ Parceria da ALURA, empresa de ensino presencial de tecnologia com o Banco do Brasil. Disponível em <https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/imprensa/n/64353/bb-impulsiona-a-requalificacao-para-transformacao-digital#/>. Acesso em 11 dez. 2021.

⁴ "Holding é uma sociedade gestora matriz de participações sociais, que exerce controle ou "segura" outras empresas. A expressão vem do verbo inglês "to hold" que, na tradução livre, significa segurar. Esse modelo de empresa é cada vez mais comum no Brasil e já existem no país uma grande variedade desse tipo de companhia.". Reis, Tiago. 2018. Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/o-que-e-uma-holding/>. Acessada em: 11 de dezembro de 2021.

O Grupo ALGAR costuma ser a porta de entrada para o primeiro emprego de muitos jovens em Uberlândia, com a atuação sob treinamentos em Call Centers e com o aproveitamento e retenção de talentos que se vão destacando frente às oportunidades criadas junto a aprendizagem nos diversos cursos adotados pela UniAlgar e, certamente, pelo desempenho de tais trabalhadores.

A subsidiária da The Coca-Cola Company, Uberlândia Refrescos, com seus quase 1400 colaboradores, teve seu início em 1971, ainda como depósito da franquia Coca-Cola, se transformando em fábrica em 1976, sendo, até o momento, a única indústria Coca-Cola no interior de Minas Gerais. Sua atuação não se limita aos produtos refrigerantes, sendo a Coca-Cola o carro chefe, tendo ainda a Fanta, Kwat, Sprite, Schweppes e o Guaraná Jesus, mas também com as cervejas Skol, Bavária e Sol e produtos de hidratação, nutrição e energia como sucos, águas e energéticos.

Dentre seus valores se apresenta o profissionalismo, no qual há a orientação das ações e decisões em benefício da sustentabilidade do negócio, atuando com responsabilidade e respondendo pelos seus atos e o respeito a normas e procedimentos internos, reconhecendo e aceitando as diferenças e tratando as pessoas com educação e cordialidade. Na área educativa, a empresa não possui uma universidade corporativa propriamente dita, mas conta com diversos projetos citados em seu site⁵, pelo qual escolhemos alguns mais ligados à educação ou conscientização ambiental:

Reciclou Ganhou: Parceria que Uberlândia Refrescos promove com instituições e cooperativas de reciclagem, incentivando crianças a construir consciência ambiental, a partir da reciclagem e de palestras que visam a preservação ambiental. Para engajá-las, a Uberlândia Refrescos promove uma competição entre escolas, por meio da qual as instituições que apresentam maior volume de materiais recebem prêmios pela empresa.

Limpeza de rios e praias: realiza mutirões, entre os colaboradores e parceiros, de remoção de resíduos presentes nas margens dos rios.

Antenado: Informação nunca é demais. Participando das palestras e treinamentos oferecidos pelo Antenado, os colaboradores recebem dicas de como cuidar da saúde e ainda podem ajudar outras pessoas repassando seu conhecimento.

Geladoteca: Por meio desse projeto geladeiras em desuso foram transformadas em bibliotecas, proporcionando possibilidades infinitas de acesso ao conhecimento e experiências. Os colaboradores também podem contribuir, disponibilizando livros para que outros possam vivenciar estas experiências.

Coletivo Jovem Coca-Cola: programa realizado pelo Instituto Coca-Cola Brasil que tem como objetivo inspirar e empoderar jovens de 16 a 25 anos, moradores de comunidades urbanas de baixa renda, por meio da capacitação e desenvolvimento profissional, valorização da autoestima e conexão com novas oportunidades de geração de renda. O programa tem como causa principal a empregabilidade e entende que o processo de desenvolvimento profissional dos jovens vai além da vaga de emprego. Por isso, sua metodologia trabalha com uma abordagem que incentiva o protagonismo e a liderança, fortalecendo a autoestima dos participantes. Os jovens são estimulados a realizar projetos práticos nas comunidades onde vivem em temas como marketing, vendas, comunicação e produção de eventos. Além de conteúdos teóricos, práticos e lúdicos, o programa também possui uma plataforma virtual de aprendizagem, que pode ser acessada dentro ou fora das salas do Coletivo. Ao final do curso, os jovens são conectados com oportunidades de emprego, e aqueles que tenham outros objetivos profissionais, como empreender e continuar os estudos, são direcionados para parceiros que tenham expertise nesses temas. As parcerias do programa com ONGs locais e uma rede de mais de 250 empresas empregadoras espalhadas por todo o país são primordiais para que os resultados sejam alcançados. Desde o início de sua implementação, o Coletivo Jovem já impactou mais de 219 mil jovens em 75

⁵ *Projetos da Uberlândia Refrescos Ltda. (URLA) <https://www.cocacolauberlandia.com.br/projetos/>*

comunidades brasileiras espalhadas em 14 estados + DF. Desses, mais de 60 mil tiveram acesso ao mercado de trabalho. (UBERLÂNDIA REFRESCOS, 2021).

Além das informações contidas em seu site, achamos pertinente um Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Agrárias relatando a dificuldade de acesso aos registros de educação ambiental da Uberlândia Refrescos. Lopes (2019), após compilar em uma tabela com onze empresas, afirma que

As duas⁶ empresas que obtiveram o nível difícil, quanto a acessibilidade de registros sobre EA, foram a Coca-Cola (Uberlândia Refrescos), que não divulga em seu endereço eletrônico voltado a empresa de Uberlândia, e redireciona para o endereço eletrônico da CocaCola, tendo que procurar neste os registros sobre a EA realizados pela empresa. (LOPES, 2019, p.21).

Assim posto, não foi possível constatar se existe algum pedagogo empresarial em atividade junto a subsidiária da Coca-Cola em Uberlândia. Ou ainda, como se dá o processo de ensino e aprendizagem envolvidos nos diversos projetos de capacitação ou de sustentabilidade ambiental dentre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que os objetivos foram cumpridos na medida do apresentado ao presente estudo, no qual analisamos a atuação do(a) pedagogo(a) nos diferentes campos de atuação em espaços não escolares, em especial o apresentado sobre quatro grandes empresas. Também foi cumprido os objetivos de identificar a legislação pertinente a tal atuação, relacionando a atividade pedagógica nos espaços empresariais bem como as possibilidades, ainda que limitadas, da atuação educativa nos espaços empresariais.

Assim, pudemos efetuar algumas reflexões críticas sobre os limites e as possibilidades da atuação do(a) pedagogo(a) em espaços de educação não escolar. Entendemos que ao analisar quatro empresas diferentes em suas constituições e objetivos, todas adotam em algum grau processos educativos, tendo a aprendizagem como foco junto aos seus trabalhadores e estendendo à sociedade. Certamente que tais práticas estão sempre aliadas ao marketing social e na busca incessante de se apresentarem como amigas da sociedade de forma a maximizar seus lucros, independente se são empresas estatais, de economia mista, capital privado nacional ou franquia de transnacional.

Mesmo que ambos possuamos licenciaturas, tivemos dificuldades para a realização da pesquisa. A temática é por demais abrangente para a apresentação num tempo relativamente exíguo. O tema, justamente por ser muito oportuno, possui diversos materiais de pesquisa e, para quem está iniciando um curso em sistema EaD, fica um tanto atordoado para executar a pesquisa. Ainda por se tratar sobre a atuação profissional nos campos não escolares, é extremamente salutar que haja a praticidade de visita aos locais, com entrevistas e questionários, algo não possível neste momento, devido a pandemia que se prolonga há quase dois anos.

A legislação permite a atuação de pedagogos(as) para além da exclusividade da escola e inclusive existe um movimento de diferentes grupos que defendem sua atuação em espaços não escolares. Vimos várias ações e projetos de empresas que teoricamente adotam discursos parecidos sobre a educação, a aprendizagem, diversidade cultural e sustentabilidade ambiental.

6 A outra empresa relatada no TCC de difícil acesso aos dados foi a Sousa Cruz.

Contudo, não foi possível detectar se existem pedagogos(as) atuando nesses espaços, inclusive como nome de “universidades corporativas”, bem como dos limites da atuação dos mesmos.

Em nossa própria experiência ao longo de anos, enquanto funcionários dos Correios e do Banco do Brasil, sequer presenciamos algum profissional da Pedagogia atuando nos cursos ou treinamentos realizados. Os educadores corporativos possuem graduações e pós-graduações, mas poucos em licenciatura e dificilmente se encontra algum pedagogo. Comumente se observa bons palestrantes com técnicas de apresentação ou coaches.

Ainda que realizamos algumas pesquisas bibliográficas e a busca por pesquisas documentais nos sites oficiais das empresas, consideramos pertinente a continuidade desta pesquisa de forma a maiores questionamentos diante à problematização da atuação educativa e as práticas de seus profissionais junto às empresas pesquisadas.

REFERÊNCIAS

AGUDO, M. de M. O Curso de pedagogia, sua constituição e os desafios para pensar sua identidade profissional. *Filosofia e Educação*, Campinas, SP, v. 12, n. 1, 2020. DOI: 10.20396/rfe.v12i2.8659013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8659013> . Acesso em: 5 dez. 2021.

ALGAR. 2021. Disponível em: <https://institutoalgar.org.br/>. Acesso em 11 dez. 2021.

ALGAR. 2021. Disponível em: <https://www.algar.com.br/quem-somos/>. Acesso em 11 dez. 2021.

ALVAREZ, A.; RIGO, M. Pedagogia em ação: o papel do pedagogo e suas diversas atuações. *Boletim Técnico do Senac*, v. 44, n. 2, 20 ago. 2018. Disponível em <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/694/579> . Acesso em 04 dez. 2021.

ALVES, Marisa Aparecida Severino. Desenvolvimento de gestores: treinamentos experienciais como caminho para o desenvolvimento de competências. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/19621>. Acesso em 11 dez. 2021.

BANCO DO BRASIL. 2021. Disponível em: <https://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/ri/pt/dce/dwn/Codigoetica.pdf>. Acesso em 11 dez. 2021.

BANCO DO BRASIL. 2021. Disponível em: https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/imprensa/n/64353/bb-impulsiona-a-requalificacao-para-transformacao-digital#/. Acesso em 11 dez. 2021.

BANCO DO BRASIL. 2021. Disponível em: https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/sobre-nos#/. Acesso em 11 dez. 2021.

BANCO DO BRASIL. Análise do Desempenho 4º Trimestre/2020. 2021. Disponível em: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/5760dff3-15e1-4962-9e81-322a0b3d0bbd/c78c6457-1a7c-7d0c-1cbd-48bdc775cde4?origin=1> . Acesso em 11 dez. 2021.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução 1/2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Maio de 2006b. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em 04 dez. 2021.

COCA COLA UBERLÂNDIA. 2021. Disponível em: <https://www.cocacolauberlandia.com.br/empresa/#valores>. Acesso em 11 dez. 2021.

COCA COLA UBERLÂNDIA. 2021. Disponível em: <https://www.cocacolauberlandia.com.br/projetos/>. Acesso em 11 dez. 2021.

CORREIOS. 2021. Disponível em: <https://www.correios.com.br/aceso-a-informacao/institucional/identidade-corporativa>. Acesso em 11 dez. 2021.

DE CASTRO, Rosana Mathias Rufino Fraga; HENRIQUES, Maria de Fátima Andrade Costa. O papel do pedagogo empresarial em uma empresa que aprende: correios. *Conhecimento em Destaque*, v. 2, n. 4, 2018.

DE SOUSA VIANNA, Patrícia. A dinâmica das lógicas institucionais na prática educativa: um estudo de caso no Banco do Brasil-1965 a 2018. 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/31390>. Acesso em: 11 dez. 2021.

DO NASCIMENTO, Carlos Alexandre. UNIVERSIDADE CORPORATIVA: TÉCNICAS E ABORDAGENS PARA A CONSTRUÇÃO NO UNIVERSO CORPORATIVO BRASILEIRO. *Revista Saberes Docentes*, v. 4, n. 7, 2019.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. A reforma do ensino superior no campo da formação dos profissionais da educação básica: as políticas educacionais e o movimento dos educadores. *Educação & Sociedade*, v. 20, p. 17-43, 1999.

LOPES, Felipe Aguiar. Educação ambiental nas empresas: um olhar para a divulgação digital. 2019. Disponível em <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/28047>. Acesso em 11 dez. 2021.

MARTINEZ, F. W. M.; VIDAL, N. C.; SILVA, A. M. DA. Reflexões sobre os impactos da Resolução no 02/2019 na Formação Inicial Docente. *Revista Ensin@ UFMS*, v. 2, n. 6, p. 115-132, 6 dez. 2021.

REIS, Tiago. O que é uma holding? Entenda como atua esse tipo de empresa. 2018. Disponível em: <https://www.sunos.com.br/artigos/o-que-e-uma-holding/>. Acesso em 11 dez. 2021.

UBERLÂNDIA, Universidade Federal. PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA/GRAU LICENCIATURA/MODALIDADE A DISTÂNCIA. 2020. FAGED. Universidade Federal de Uberlândia.